



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E ESTATUTO DOS DEPUTADOS

Ordinária

REUNIÃO DO DIA 16 de novembro de 2021

14:30 Horas

ORDEM DO DIA

Reunião a efetuar de forma presencial e por videoconferência (TEAMS)

1 – Apreciação e votação do texto de substituição relativo aos Projetos de lei relativos à matéria dos deveres declarativos dos titulares de cargos políticos:

Projeto de Lei n.º 798/XIV/2.^a (PCP) - [Criminalização do enriquecimento injustificado \(52.^a alteração ao Código Penal aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março e 7.^a alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de julho\)](#)

Projeto de Lei, n.º 805/XIV/2.^a (BE) - [Cria o crime de enriquecimento injustificado e ocultação de riqueza \(2.^a alteração ao regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos\)](#)

Projeto de Lei n.º 816/XIV/2.^a (PS) - [Segunda alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, procedendo ao alargamento das obrigações declarativas e à densificação do crime de ocultação de enriquecimento](#)

Projeto de Lei n.º 843/XIV/2.^a (PAN) - [Alarga as obrigações declarativas dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos e cria o crime de ocultação intencional de enriquecimento, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho](#)

Projeto de Lei n.º 860/XIV/2.^a (PEV) - [Procede à segunda alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, com vista a prevenir e combater o enriquecimento injustificado e a ocultação de riqueza](#)

Projeto de Lei n.º 867/XIV/2.^a (CDS-PP) - [Cria o crime de sonegação de proventos e revê as penas aplicáveis em sede de crimes de responsabilidade praticados por titulares de cargos políticos e de altos cargos públicos](#)



Projeto de Lei n.º 874/XIV/2.^a (IL) - [Reforça o dever de transparência que impende sobre Titulares de Cargos Políticos e de Altos Cargos Públicos \(2.^a alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho\)](#)

Projeto de Lei n.º 877/XIV/2.^a (PSD) - [Segunda alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, ampliando obrigações declarativas e prevendo a comunicação obrigatória ao Ministério Público da falta de indicação dos factos que originaram aumentos patrimoniais](#)

Projeto de Lei n.º 881/XIV/2.^a (NINSC – Cristina Rodrigues) - [Cria o crime de ocultação de riqueza com vista à prevenção da corrupção e aumento da integridade pública](#)

2 – Aprovação da ata n.º 66, de 9 de novembro

3 – Diversos